



Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

## ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA E AVALIADOR

Tipo 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas



## Conhecimentos Básicos



1

A charge acima mostra uma crítica:

- (A) à forma modernamente egoísta de os jovens se comunicarem;
- (B) ao processo comunicativo tecnológico que isola as pessoas;
- (C) ao descaso de muitos jovens em relação ao sentimento dos mais velhos;
- (D) aos novos aplicativos tecnológicos que restringem a comunicação aos que estão afastados;
- (E) ao fato de muitas pessoas só saberem comunicar-se por meio de língua escrita.

2

A linguagem verbal empregada na charge mostra:

- (A) desvios da norma culta;
- (B) traços de regionalismo;
- (C) marcas de linguagem coloquial;
- (D) sinais de linguagem formal;
- (E) aspectos de uma linguagem arcaica.

Texto 1

O site Cracked separou sete coisas que ninguém sabia sobre os celulares. São várias teorias sobre a nocividade dos aparelhos sobre o corpo humano. Quer saber quais são elas? Então vamos à lista:

1. Celulares são responsáveis pela destruição de famílias

Antes dos telefones celulares, os casais eram muito mais fiéis. Atualmente, a grande maioria dos casos de adultério é combinada por telefones pessoais, pois dessa forma não há tanto risco de outra pessoa atender às ligações. Isso sem falar em reuniões familiares, que são constantemente atrapalhadas (ou ignoradas) por filhos e filhas que preferem as mensagens de texto às conversas com os pais.

2. Ele põe sua vida em risco

No Brasil, falar ao celular enquanto se está no volante é uma infração de trânsito. Isso acontece porque o telefone realmente tira a atenção dos motoristas. Mas há relatos de que a distração causada pelos celulares vai muito mais além: até mesmo quando estamos caminhando, ficamos mais suscetíveis a acidentes quando estamos em ligações.

3. Seu telefone é uma colônia de bactérias

Um dos principais problemas dos celulares são os micróbios. Muitos utilizam os aparelhos no banheiro, o que pode infectá-los com bactérias dos mais variados tipos. Sujeiras dos bolsos, chão e mesas também afetam os telefones. Em suma, os celulares são verdadeiras colônias de germes e outros pequenos vilões da saúde humana.

4. Mensagens estão em nosso subconsciente

Um estudo alemão mostrou que grande parte das pessoas de até 30 anos está com os caminhos para a digitação de mensagens gravados no subconsciente. Isso significa que, mesmo sem um teclado visível, os usuários conseguem saber onde estão as letras de seus celulares.

Parece o mesmo que acontece com os teclados de computadores, mas nos experimentos somente os números eram mostrados e, incrivelmente, as pessoas envolvidas conseguiam decifrar os códigos mais rapidamente.

5. Você está perdendo seus sentidos

Em uma velocidade muito baixa, mas isso está acontecendo. Possivelmente os celulares estejam fazendo com que seus olhos sejam afetados (a radiação faz com que eles sejam aquecidos). Além disso, a audição pode estar sendo afetada por volumes muito altos em fones de ouvido.

6. Eles deixam as crianças malcriadas

Estudos mostram um dado curioso. Mulheres que usam celular durante a gravidez e durante os primeiros anos de vida de seus bebês têm 50% a mais de chances de terem filhos com sérios problemas comportamentais. A causa disso? A radiação por celulares estaria estimulando a liberação de melatonina (um hormônio que regula várias funções corporais).

7. Celulares podem causar esterilidade

Segundo apontam cientistas, celulares emitem radiação eletromagnética. É ela que, supostamente, causa danos ao cérebro. Novas teorias apontam para o fato de que essa mesma radiação poderia ser responsável por afetar também o sistema reprodutor dos homens. Como os celulares ficam muito tempo nos bolsos, isso poderia ser uma causa da esterilidade.

3

“O site Cracked separou sete coisas que ninguém sabia sobre os celulares”.

A forma de reescrever-se essa primeira frase do texto 1 que altera o seu sentido original é:

- (A) Sete coisas que ninguém sabia sobre os celulares foram separadas pelo site Cracked.
- (B) Ninguém sabia sobre os celulares as sete coisas que foram separadas pelo site Cracked.
- (C) O site Cracked separou sete coisas sobre os celulares, desconhecidas por todos.
- (D) O site Cracked separou, sobre os celulares, sete coisas que ninguém sabia.
- (E) O site Cracked sobre os celulares separou sete coisas que ninguém sabia.

4

“O site Cracked separou sete coisas que ninguém sabia sobre os celulares”.

Trocando o verbo dessa frase do texto 1, a forma errada quanto à norma culta é:

- (A) O site Cracked separou sete coisas a que ninguém conhecia sobre os celulares.
- (B) O site Cracked separou sete coisas de que ninguém se lembrava sobre os celulares.
- (C) O site Cracked separou sete coisas que ninguém esquecia sobre os celulares.
- (D) O site Cracked separou sete coisas sobre que ninguém discutia sobre os celulares.
- (E) O site Cracked separou sete coisas a que ninguém se referia sobre os celulares.

5

“São várias teorias sobre a nocividade dos aparelhos sobre o corpo humano”.

A teoria citada que é inadequada em relação a essa observação inicial do texto é:

- (A) Celulares podem causar esterilidade;
- (B) Você está perdendo seus sentidos;
- (C) Ele põe sua vida em risco;
- (D) Mensagens estão em nosso subconsciente;
- (E) Seu telefone é uma colônia de bactérias.

6

“São várias teorias sobre a nocividade dos aparelhos sobre o corpo humano”.

Pode-se inferir da leitura exclusiva desse segmento do texto 1 que as teorias citadas:

- (A) limitam-se aos aparelhos celulares;
- (B) são variadas porque de diferentes autores;
- (C) falam dos aspectos positivos e negativos dos celulares;
- (D) são somente algumas das várias teorias possíveis;
- (E) se referem aos males causados ao corpo e à mente.

7

“Quer saber quais são elas?”

Essa pergunta do parágrafo inicial do texto 1 tem a função de:

- (A) mostrar a superioridade de conhecimento do autor do texto;
- (B) provocar a interação entre leitor e autor;
- (C) demonstrar a qualidade intelectual do leitor;
- (D) criar um suspense sobre a narrativa;
- (E) organizar o texto argumentativamente.

8

“O site Cracked separou sete coisas que ninguém sabia sobre os celulares. São várias teorias sobre a nocividade dos aparelhos sobre o corpo humano. Quer saber quais são elas? Então vamos à lista”.

Num texto aparecem termos cuja finalidade é estabelecer relações semânticas com elementos anteriores, criando coesão. Nesse segmento do texto 1, o termo que NÃO se refere ou substitui um termo anterior é:

- (A) que;
- (B) teorias;
- (C) aparelhos;
- (D) quais;
- (E) elas.

Observe a charge abaixo:



9

O segmento da segunda teoria citada que se relaciona diretamente aos elementos dessa charge de Amarildo, publicada em outubro de 2015, é:

- (A) ele põe sua vida em risco;
- (B) no Brasil, falar ao celular enquanto se está no volante é uma infração de trânsito;
- (C) isso acontece porque o telefone realmente tira a atenção dos motoristas;
- (D) mas há relatos de que a distração causada pelos celulares vai muito mais além;
- (E) até mesmo quando estamos caminhando, ficamos mais suscetíveis a acidentes quando estamos em ligações.

**10**

Sobre os elementos presentes na charge anterior, é correto afirmar que:

- (A) a culpa maior do futuro acidente cabe ao transeunte;
- (B) a culpa do motorista é agravada pelo fato de o transeunte estar atravessando na faixa de pedestres;
- (C) o celular do motorista deveria estar colocado em suas mãos e não no banco de trás;
- (D) ao transeunte não cabe qualquer culpa por estar distraído, digitando no celular;
- (E) os jovens são indiretamente criticados por serem os usuários mais frequentes de celulares.

**11**

A primeira teoria informa que “Celulares são responsáveis pela destruição de famílias”. Trata-se de uma:

- (A) informação fundamentada em pesquisa;
- (B) constatação a partir de fatos;
- (C) opinião profundamente exagerada;
- (D) observação baseada em preconceitos;
- (E) afirmação criada por mentes conservadoras.

**12**

Ao dizer que “Antes dos telefones celulares, os casais eram muito mais fiéis”, o autor do texto 1:

- (A) comete um erro argumentativo, pois o telefone celular só facilita a infidelidade e não a cria;
- (B) mostra uma preocupação moralizante digna de aplauso;
- (C) indica um problema que, de fato, não existiria se não existissem os celulares;
- (D) destaca uma relação perfeita de causa e consequência: telefone celular/infidelidade conjugal;
- (E) aponta uma crítica aos casamentos modernos, de mais liberdade entre os cônjuges.

**13**

Entre os segmentos abaixo, aquele em que o grau destacado contraria a lógica, pois a qualidade apontada NÃO admite gradação é:

- (A) “Mas há relatos de que a distração causada pelos celulares vai muito mais além”;
- (B) “Muitos utilizam os aparelhos no banheiro, o que pode infectá-los com bactérias dos mais variados tipos”;
- (C) “...as pessoas envolvidas conseguiam decifrar os códigos mais rapidamente”;
- (D) “...ficamos mais suscetíveis a acidentes quando estamos em ligações”;
- (E) “Antes dos telefones celulares, os casais eram muito mais fiéis”.

**14**

Entre os advérbios sublinhados abaixo, aquele que mostra o valor de tempo é:

- (A) “Atualmente, a grande maioria dos casos de adultério é combinada por telefones pessoais, pois dessa forma não há tanto risco de outra pessoa atender às ligações”.
- (B) “Isso sem falar em reuniões familiares, que são constantemente atrapalhadas (ou ignoradas) por filhos e filhas”.
- (C) “Isso acontece porque o telefone realmente tira a atenção dos motoristas”.
- (D) “as pessoas envolvidas conseguiam decifrar os códigos mais rapidamente”.
- (E) “Possivelmente os celulares estejam fazendo com que seus olhos sejam afetados”.

**15**

“Isso sem falar em reuniões familiares, que são constantemente atrapalhadas (ou ignoradas) por filhos e filhas que preferem as mensagens de texto às conversas com os pais”.

Nesse segmento do texto 1 há uma incoerência aparente, que é:

- (A) as mensagens de texto citadas também podem ser dos pais e, portanto, não haveria preferência;
- (B) o texto declara que não falaria das reuniões familiares, mas acaba falando de suas perturbações;
- (C) o autor do texto separa os filhos em “filhos e filhas”, quando a forma masculina plural já incorpora os dois sexos;
- (D) as conversas com os pais não são, de fato, deixadas de lado, mas preferidas às demais;
- (E) as reuniões familiares não contam com todos os elementos da família, já que filhos e filhas estão ausentes.

**16**

A frase abaixo em que o vocábulo POR tem valor semântico diferente dos demais é:

- (A) “Atualmente, a grande maioria dos casos de adultério é combinada por telefones pessoais, pois dessa forma não há tanto risco de outra pessoa atender às ligações”;
- (B) “Isso sem falar em reuniões familiares, que são constantemente atrapalhadas (ou ignoradas) por filhos e filhas que preferem as mensagens de texto às conversas com os pais”;
- (C) “Mas há relatos de que a distração causada pelos celulares vai muito mais além”;
- (D) “Além disso, a audição pode estar sendo afetada por volumes muito altos em fones de ouvido”;
- (E) “A radiação por celulares estaria estimulando a liberação de melatonina”.

17

“No Brasil, falar ao celular enquanto se está no volante é uma infração de trânsito. Isso acontece porque o telefone realmente tira a atenção dos motoristas. Mas há relatos de que a distração causada pelos celulares vai muito mais além: até mesmo quando estamos caminhando, ficamos mais suscetíveis a acidentes quando estamos em ligações”.

Nesse segmento do texto 1 há uma série de conectores sublinhados; o substituto inadequado a um desses conectores é:

- (A) enquanto / ao mesmo tempo em que;
- (B) porque / em função de que;
- (C) mas / no entanto;
- (D) até mesmo / justamente;
- (E) quando / enquanto.

Observe a charge abaixo:



18

Nessa charge de Denny, a principal crítica se volta contra:

- (A) a má qualidade das operadoras de telefonia;
- (B) o preconceito contra os que estão privados de liberdade;
- (C) o péssimo controle interno dos presídios;
- (D) a má qualificação dos presos;
- (E) o mau estado das prisões brasileiras.

19

A fala da funcionária “OK, Senhor. Vou estar anotando o seu problema para estar agendando a visita de um técnico” mostra uma marca típica desse modo de falar, que é:

- (A) a presença marcante de estrangeirismos;
- (B) o emprego de uma linguagem demasiadamente erudita;
- (C) o mau uso do gerúndio;
- (D) a completa falta de objetividade na mensagem;
- (E) a ausência de tratamento individualizado.

20

“Que porcaria de operadora! Se fosse na cadeia aposto que tava funcionando!”

Essa fala do preso mostra o emprego coloquial da língua portuguesa; em variante de norma culta, essa mesma frase seria:

- (A) Que operadora porca! Se fosse na cadeia aposto que estava funcionando;
- (B) Que operadora ruim! Se fosse na cadeia, aposto que estaria funcionando;
- (C) Que porcaria de operadora! Se estivesse na cadeia, garanto que estava funcionando;
- (D) Que operadora horrível! Se estivesse na cadeia, aposto que estaria funcionando;
- (E) Que operadora deficiente! Se fosse na cadeia, garanto que estava funcionando muito bem.

21

Tendo em vista o ambiente interno das prisões brasileiras, podemos estabelecer uma relação entre os celulares e a seguinte teoria do texto 1:

- (A) Você está perdendo seus sentidos;
- (B) Eles deixam as crianças malcriadas;
- (C) Ele põe sua vida em risco;
- (D) Seu telefone é uma colônia de bactérias;
- (E) Celulares podem causar esterilidade.

22

A frase abaixo em que o vocábulo MUITO pertence a uma classe gramatical diferente das demais é:

- (A) “Como os celulares ficam muito tempo nos bolsos, isso poderia ser uma causa da esterilidade”;
- (B) “Antes dos telefones celulares, os casais eram muito mais fiéis”;
- (C) “Mas há relatos de que a distração causada pelos celulares vai muito mais além”;
- (D) “Em uma velocidade muito baixa, mas isso está acontecendo”;
- (E) “Além disso, a audição pode estar sendo afetada por volumes muito altos em fones de ouvido”.

23

Nos segmentos do texto 1 abaixo, há propostas de substituições dos trechos sublinhados; a substituição que está adequadamente feita, por não modificar o sentido original, é:

- (A) “São várias teorias sobre a nocividade dos aparelhos sobre o corpo humano”/ teorias várias;
- (B) “ficamos mais suscetíveis a acidentes quando estamos em ligações”/ incidentes;
- (C) “Novas teorias apontam para o fato de que essa mesma radiação poderia ser responsável...”/ teorias novas;
- (D) “Celulares são responsáveis pela destruição de famílias”/ familiar;
- (E) “grande parte das pessoas de até 30 anos está com os caminhos para a digitação de mensagens gravados no subconsciente” / estão.



**24**

O segmento textual em que a preposição é uma exigência de um termo anterior é:

- (A) digitação de mensagens;
- (B) fones de ouvido;
- (C) letras de seus celulares;
- (D) teclados de computadores;
- (E) casos de adultério.

**25**

O segmento do texto 1 que mostra distanciamento do autor do texto em relação à opinião emitida é:

- (A) “Isso acontece porque o telefone realmente tira a atenção dos motoristas”.
- (B) “Um dos principais problemas dos celulares são os micróbios”.
- (C) “No Brasil, falar ao celular enquanto se está no volante é uma infração de trânsito”.
- (D) “Segundo apontam cientistas, celulares emitem radiação eletromagnética”.
- (E) “Em suma, os celulares são verdadeiras colônias de germes e outros pequenos vilões da saúde humana”.

**26**

O texto 1 é marcado pela imprecisão; o segmento do texto em que essa imprecisão está ausente é:

- (A) “É ela que, supostamente, causa danos ao cérebro”.
- (B) “Novas teorias apontam para o fato de que essa mesma radiação poderia ser responsável por afetar também o sistema reprodutor dos homens”.
- (C) “Parece o mesmo que acontece com os teclados de computadores, mas nos experimentos somente os números eram mostrados...”.
- (D) “Possivelmente os celulares estejam fazendo com que seus olhos sejam afetados...”.
- (E) “Atualmente, a grande maioria dos casos de adultério é combinada por telefones pessoais, pois dessa forma não há tanto risco de outra pessoa atender às ligações...”.

**27**

A frase “Eles deixam as crianças malcriadas” traz uma possível ambiguidade, que se repete em:

- (A) Eles abandonaram os aparelhos prejudiciais;
- (B) Os estudantes desprezaram os celulares importados;
- (C) Os meninos deixaram os telefones de plástico;
- (D) As operadoras largaram os clientes exigentes;
- (E) Os operadores não atendiam ninguém de roupa suja.

**28**

“Atualmente, a grande maioria dos casos de adultério é combinada por telefones pessoais, pois dessa forma não há tanto risco de outra pessoa atender às ligações”.

A afirmação correta sobre a estrutura desse segmento do texto 1 é:

- (A) o vocábulo “adultério” apresenta uma terminação do mesmo valor de “necrotério”;
- (B) a forma verbal “é combinada” é exemplo de voz reflexiva;
- (C) o termo “dessa forma” se refere a uma forma citada na continuidade futura do texto;
- (D) a primeira vírgula do segmento marca a presença de um termo deslocado da ordem direta;
- (E) “telefones pessoais” equivale semanticamente a telefones fixos.

**29**

“Atualmente, a grande maioria dos casos de adultério é combinada por telefones pessoais, pois dessa forma não há tanto risco de outra pessoa atender às ligações”.

A frase “de outra pessoa atender às ligações” pode ser corretamente substituída, de forma adequada ao contexto, por:

- (A) de que outra pessoa atendesse às ligações;
- (B) de atendimento às ligações de outra pessoa;
- (C) de que outra pessoa atenda às ligações;
- (D) de que outra pessoa atendeu às ligações;
- (E) de que outra pessoa tivesse atendido às ligações.

**30**

“Isso acontece porque o telefone realmente tira a atenção dos motoristas”.

Nessa frase do texto 1, a forma “porque” aparece corretamente grafada; a frase abaixo em que essa forma deveria ser substituída por “por que” é:

- (A) Deixou o celular porque o prejudicava;
- (B) Não sabia porque os aparelhos eram abandonados;
- (C) Desconhecia o porquê de os jovens ficarem viciados;
- (D) Todos viajavam porque lá os celulares eram mais baratos;
- (E) Não usavam celulares porque não confiavam nos aparelhos.

## Conhecimentos Específicos

**31**

Uma loja em liquidação oferece todos os seus produtos com um desconto de 30%.

Nessa loja, um produto que custava inicialmente R\$ 240,00 está sendo vendido por:

- (A) R\$ 72,00;
- (B) R\$ 144,00;
- (C) R\$ 168,00;
- (D) R\$ 172,00;
- (E) R\$ 210,00.

**32**

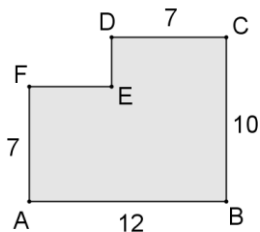
Odete tem algumas manias, entre as quais, sapatos e uma preferência por números ímpares. Assim, ela resolveu etiquetar sua coleção de pares de sapatos usando a sequência dos números naturais ímpares. O primeiro par de sapatos foi etiquetado com o número 1 e o último par de sapatos que ela comprou recebeu o número 47.

A quantidade de pares de sapatos que Odete possui é:

- (A) 47;
- (B) 25;
- (C) 24;
- (D) 23;
- (E) 22.

**33**

A figura a seguir mostra um salão poligonal ABCDEF, onde os ângulos internos nos vértices A, B, C, D e F são retos e as medidas indicadas estão em metros.



O perímetro e a área desse salão são, respectivamente:

- (A) 105 m e 44 m<sup>2</sup>;
- (B) 44 m e 105 m<sup>2</sup>;
- (C) 120 m e 36 m<sup>2</sup>;
- (D) 36 m e 120 m<sup>2</sup>;
- (E) 120 m e 44 m<sup>2</sup>.

**34**

Dois médicos atendem 24 pacientes em 6 horas. Mantidas as proporções, três médicos atendem 24 pacientes em:

- (A) 9 horas;
- (B) 8 horas;
- (C) 6 horas;
- (D) 4 horas;
- (E) 3 horas.

**35**

Em uma determinada empresa, metade de seus funcionários vai para casa de ônibus, um quinto vai de carro, um oitavo vai de bicicleta e os demais vão a pé.

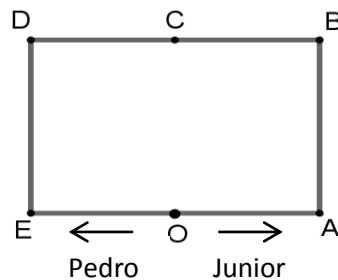
A fração dos funcionários que vai para casa a pé equivale a:

- (A)  $\frac{4}{5}$ ;
- (B)  $\frac{3}{15}$ ;
- (C)  $\frac{7}{15}$ ;
- (D)  $\frac{3}{40}$ ;
- (E)  $\frac{7}{40}$ .

**36**

Pedro caminha qualquer distância em um quarto do tempo que seu filho Junior leva para caminhar a mesma distância.

Pedro e Junior partem simultaneamente do ponto O, em direções opostas, caminhando na pista retangular mostrada a seguir, na qual O e C são, respectivamente, os pontos médios de EA e DB. As dimensões da pista retangular, em metros, são EA = 13 e AB = 7.



Quando Pedro e Junior se encontrarem pela primeira vez, eles estarão mais perto do ponto:

- (A) A;
- (B) B;
- (C) C;
- (D) D;
- (E) E.

**37**

Para estimar o valor da diferença  $A - B$ , Tales diminuiu o valor de  $A$  de um pequeno valor positivo e aumentou o valor de  $B$  do mesmo pequeno valor, subtraindo então os resultados encontrados.

A estimativa obtida por Tales foi obrigatoriamente:

- (A) zero;
- (B) igual a  $A - B$ ;
- (C) igual a  $B - A$ ;
- (D) menor que  $A - B$ ;
- (E) maior que  $A - B$ .



**38**

Teófilo pagou sua fatura do cartão de crédito com atraso. Por esse motivo, foram cobrados 12% de juros e Teófilo pagou o total de R\$ 672,00.

Se Teófilo tivesse pago sua fatura sem atraso, o valor seria:

- (A) R\$ 591,36;
- (B) R\$ 600,00;
- (C) R\$ 602,54;
- (D) R\$ 610,00;
- (E) R\$ 612,64.

**39**

Considere a sentença: “Se gosto de capivara, então gosto de javali”.

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

- (A) Se não gosto de capivara, então não gosto de javali.
- (B) Gosto de capivara e gosto de javali.
- (C) Não gosto de capivara ou gosto de javali.
- (D) Gosto de capivara ou não gosto de javali.
- (E) Gosto de capivara e não gosto de javali.

**40**

Em um caixote há 10 dúzias de laranjas, pelo menos 2 laranjas estão verdes e, entre quaisquer 6 laranjas desse caixote, pelo menos 2 estão maduras.

É correto afirmar que nesse caixote há:

- (A) no mínimo 116 laranjas maduras;
- (B) no máximo 116 laranjas maduras;
- (C) no mínimo 116 laranjas verdes;
- (D) no máximo 116 laranjas verdes;
- (E) exatamente 116 laranjas verdes.

**41**

Barbosa afirmou: “Todo cidadão brasileiro tem direito à educação e à saúde”.

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Nenhum cidadão brasileiro tem direito à educação e à saúde.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro tem direito à educação ou à saúde.
- (C) Todo cidadão brasileiro não tem direito à educação e à saúde.
- (D) Algum cidadão brasileiro não tem direito à educação ou à saúde.
- (E) Algum cidadão brasileiro não tem direito à educação nem à saúde.

**42**

Em um saco A há somente fichas vermelhas e em um saco B há somente fichas amarelas, sendo 7 fichas em cada saco. Retiram-se 3 fichas do saco A, que são então colocadas no saco B. Depois, retiram-se aleatoriamente 3 fichas do saco B, que são então colocadas no saco A.

É correto concluir que ao final do procedimento descrito:

- (A) há no máximo 4 fichas vermelhas no saco A;
- (B) há exatamente 4 fichas vermelhas no saco A;
- (C) há exatamente 4 fichas amarelas no saco B;
- (D) o número de fichas amarelas no saco A é menor do que o número de fichas vermelhas no saco B;
- (E) o número de fichas vermelhas no saco A é igual ao número de fichas amarelas no saco B.

**43**

Em uma urna há somente bolas brancas, bolas pretas e bolas vermelhas. Para cada bola branca há três bolas pretas e para cada duas bolas pretas há cinco bolas vermelhas.

A razão entre a quantidade de bolas pretas e a quantidade total de bolas na urna é:

- (A)  $\frac{3}{10}$ ;
- (B)  $\frac{4}{19}$ ;
- (C)  $\frac{5}{21}$ ;
- (D)  $\frac{6}{23}$ ;
- (E)  $\frac{7}{25}$ .

**44**

Considere a sequência TJPITJPITJPITJ... onde as quatro letras TJPI se repetem indefinidamente.

Desde a 70ª até a 120ª letras dessa sequência, a quantidade de letras P é:

- (A) 12;
- (B) 13;
- (C) 14;
- (D) 15;
- (E) 16.

**45**

Em uma urna há quatro bolas brancas e duas bolas pretas. Retiram-se, sucessivamente e sem reposição, duas bolas da urna.

A probabilidade de as duas bolas retiradas serem da mesma cor é:

- (A)  $\frac{7}{15}$ ;
- (B)  $\frac{8}{15}$ ;
- (C)  $\frac{2}{3}$ ;
- (D)  $\frac{1}{3}$ ;
- (E)  $\frac{1}{2}$ .

**46**

Considerando as regras básicas de organização e divisão judiciária, é correto afirmar que o Estado do Piauí, para fins de administração da justiça:

- (A) é dividido em seções judiciárias e termos provincianos;
- (B) divide-se em comarcas e termos judiciários;
- (C) constitui uma só comarca para fins de competência judicial;
- (D) divide-se em comarcas e em câmaras;
- (E) é dividido apenas em comarcas.

**47**

Télio foi aprovado em concurso público para um cargo regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí. À luz dessa sistemática legal, é correto afirmar que Télio deverá:

- (A) apresentar, no ato da posse, declaração dos bens e valores que constituem o seu patrimônio;
- (B) iniciar imediatamente o exercício das funções, o que caracteriza a posse no cargo;
- (C) necessariamente aguardar o início do próximo exercício financeiro para tomar posse;
- (D) tomar posse no cargo pessoalmente, vedada a emissão de procuração para esse fim, ainda que específica;
- (E) o ato de provimento do cargo deve ser emitido no prazo de trinta dias, a contar da posse.

**48**

A respeito do rebaixamento e da extinção das comarcas, verdadeiras unidades territoriais de administração da justiça, é correto afirmar que:

- (A) a supressão dos requisitos para que se crie comarca pode acarretar a sua extinção;
- (B) a legislação de regência não permite que uma comarca seja rebaixada de entrância;
- (C) a extinção de comarca somente é possível mediante plebiscito da população interessada;
- (D) uma vez criada a comarca, a legislação de regência veda a sua extinção;
- (E) a extinção de comarca é exemplo de ato discricionário, não exigindo a presença de nenhum requisito legal.

**49**

O quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Piauí é organizado com o recurso aos conceitos de “grupos funcionais” e “carreiras”. A respeito da essência e da inter-relação entre essas figuras jurídicas, é correto afirmar que:

- (A) cada área de atividades é composta por uma única carreira;
- (B) o conceito de carreira absorve o de grupos funcionais;
- (C) as carreiras somente são estruturadas em níveis;
- (D) um dos grupos funcionais é o de analista judiciário;
- (E) a cada uma das três carreiras corresponde um grupo.

**50**

A distribuição de processos no 1º e no 2º graus de jurisdição deve ser realizada pelas estruturas orgânicas a que se refere a lei de organização judiciária. A esse respeito, é correto afirmar que a distribuição do:

- (A) 1º grau de jurisdição é realizada pela Diretoria Geral do Tribunal de Justiça;
- (B) 2º grau de jurisdição é realizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça;
- (C) 1º grau de jurisdição é realizada pela Corregedoria Geral da Justiça;
- (D) 2º grau de jurisdição é realizada pelo Pleno do Tribunal de Justiça;
- (E) 1º e do 2º graus de jurisdição é realizada pela Diretoria Geral do Tribunal de Justiça.

**51**

Pedro, servidor público estadual, encontra-se no pleno exercício de suas funções há dois anos e oito meses. Considerando os termos do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí, é correto afirmar que ele:

- (A) não pode ocupar qualquer cargo de provimento em comissão;
- (B) pode gozar licença para tratar de assuntos de interesse particular;
- (C) pode ser livremente promovido na carreira a que está vinculado;
- (D) não pode ter o estágio probatório suspenso, ainda que tenha entrado em gozo de licença;
- (E) pode exercer funções de assessoramento nos dois níveis mais elevados.

**52**

A respeito da Escola Judiciária do Estado do Piauí – EJUD-PI, que tem a finalidade de promover o treinamento, a capacitação, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de servidores e magistrados, é correto afirmar que:

- (A) possui um Conselho Consultivo composto exclusivamente por desembargadores;
- (B) deve ser dirigida por um Diretor-Geral, escolhido entre desembargadores ou juizes de direito;
- (C) é órgão autônomo e independente do Poder Judiciário do Estado do Piauí;
- (D) eventuais receitas decorrentes de suas atividades constituem recurso de um Fundo Especial;
- (E) os membros do seu Conselho Consultivo devem ser escolhidos pelo Pleno do Tribunal de Justiça.

**53**

De acordo com o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, o desenvolvimento dos servidores efetivos na carreira:

- (A) somente pode ocorrer por promoção;
- (B) pode ocorrer por ascensão funcional ou promoção;
- (C) somente pode ocorrer por progressão funcional;
- (D) pode ocorrer por promoção ou progressão funcional;
- (E) pode ocorrer por ascensão, promoção ou progressão.

**54**

Considerando a organização, o funcionamento e as atribuições da Corregedoria Geral da Justiça, é correto afirmar que:

- (A) esse órgão exerce o controle dos serviços forenses e administrativos da justiça de 1º e de 2º graus;
- (B) esse órgão deve ter o Corregedor e o Vice-Corregedor Geral escolhidos em eleição separada dos demais cargos diretivos;
- (C) o Corregedor e o Vice-Corregedor Geral são afastados, desde a posse, de suas funções ordinárias;
- (D) o Vice-Corregedor Geral, em suas faltas, licenças e impedimentos, não tem substituto;
- (E) esse órgão deve realizar as correções extraordinárias determinadas pelo Conselho da Magistratura.

**55**

À luz da sistemática estabelecida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí, é correto afirmar que a denominada “redistribuição”:

- (A) somente pode alcançar os cargos de provimento em comissão;
- (B) consiste no deslocamento do cargo de provimento efetivo para outro órgão ou entidade do mesmo Poder;
- (C) somente pode alcançar os cargos de provimento efetivo que se encontrem vagos;
- (D) não pode ser realizada *ex officio*, estando sempre sujeita à iniciativa do servidor público interessado;
- (E) não está vinculada à manutenção da essência das atribuições do cargo no órgão ou entidade de origem.

**56**

A avaliação de desempenho, prevista no Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, é um instrumento técnico-gerencial a respeito do qual, em relação aos planos da estrutura e da competência, é correto afirmar que:

- (A) deve ser necessariamente realizado a cada semestre;
- (B) em cada comarca há uma comissão central de avaliação;
- (C) cada unidade administrativa tem uma comissão de avaliação;
- (D) também alcançará o servidor licenciado ou afastado;
- (E) deve identificar, apenas, os casos de desempenho eficiente.

**57**

A respeito dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança, é correto afirmar, sob o prisma do Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, que:

- (A) somente os cargos em comissão destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- (B) aos magistrados competem as indicações para os cargos em comissão dos seus gabinetes;
- (C) a indicação e a nomeação para os cargos em comissão são sempre feitas pelo Presidente do Tribunal de Justiça;
- (D) as funções de confiança podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargos efetivos ou não;
- (E) pelo menos 30% (trinta por cento) de todos os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores efetivos.

**58**

Pedro, servidor público estadual, orientado por Antônio, requereu o pagamento de ajuda de custo à Administração Pública. Considerando o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí, é correto afirmar que o requerimento de Pedro pode ser deferido caso:

- (A) tenha precisado deslocar-se da sede de suas atividades regulares, em caráter eventual, para realizar um serviço;
- (B) passe a exercer suas atividades em nova sede, em razão da posse em cargo após aprovação em concurso público;
- (C) passe a ter exercício em nova sede, no interesse do serviço, com mudança de domicílio em caráter permanente;
- (D) realize despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos;
- (E) realize despesas com transporte coletivo municipal, no deslocamento da residência para o local de trabalho.

**59**

Determinado Desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí está com férias marcadas para o dia primeiro do mês subsequente. A respeito do sistema de distribuição de processos prevista no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, é correto afirmar, em relação ao referido Desembargador, que:

- (A) não lhe serão distribuídos quaisquer processos no mês que antecede as férias;
- (B) não lhe serão distribuídos quaisquer processos urgentes no mês que antecede as férias;
- (C) a distribuição de processos, urgentes ou não, será normal até o último dia do mês que antecede as férias;
- (D) nos cinco dias que antecedem as férias, não lhe serão distribuídos processos com prioridade constitucional;
- (E) nos três dias úteis que antecedem as férias, não lhe serão distribuídos processos com pedido de tutela de urgência.

**60**

Inácio, servidor público estadual, foi acusado de ter infringido o dever funcional de “*proceder aos descontos relativos a reposições e indenizações ao erário*”. Após regular processo administrativo disciplinar, concluiu-se, de acordo com a sistemática legal, que Inácio deveria sofrer a sanção de suspensão. Ocorre que o seu não comparecimento ao serviço poderia causar prejuízo ao interesse público. À luz da sistemática prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, é correto afirmar que Inácio:

- (A) pode ter a penalidade de suspensão convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, ficando obrigado a permanecer em serviço;
- (B) deve necessariamente sofrer a sanção de suspensão de até 120 (cento e vinte) dias, o que decorre da obrigação de a Administração Pública cumprir a lei;
- (C) poderá sofrer a sanção de suspensão de até 90 (noventa) dias, a qual terá o seu registro cancelado após o decurso de 3 (três) anos;
- (D) pode ter a penalidade de suspensão perdoadada, o que se justifica pela predominância do interesse público sobre o particular, o que evitará prejuízo ao serviço;
- (E) somente poderá sofrer suspensão de até 15 (quinze) dias, caso seja primário e tenha bons antecedentes, bem como assumo o compromisso de não praticar outra infração.

**61**

Pedro, pessoa sem qualquer formação jurídica, desejava ingressar na casa de Antônio sem a prévia permissão deste último. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que esse ingresso:

- (A) poderia ocorrer, em qualquer horário, para fins de socorro;
- (B) somente seria possível na hipótese de flagrante delito;
- (C) somente poderia ocorrer na hipótese de desastre;
- (D) poderia ocorrer, por ordem judicial, em qualquer horário;
- (E) somente poderia ocorrer, de dia, na hipótese de flagrante.

**62**

Determinada lei estadual, com o objetivo declarado de proteger o consumidor e coibir o abuso do poder econômico, dispôs que a cobrança pelo uso de estacionamentos particulares deveria observar o critério de proporcionalidade. Com isso, caso a cobrança seja feita por hora e o usuário permanecer minutos no local, a cobrança deve ser proporcional. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa lei é:

- (A) inconstitucional, pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre assuntos locais;
- (B) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre o preço de produtos e serviços no âmbito estadual;
- (C) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito econômico;
- (D) constitucional, pois os Estados legislam, concorrentemente com a União, sobre direito econômico;
- (E) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito civil.

**63**

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados decidiram instituir comissão parlamentar de inquérito (CPI), formada por Senadores e Deputados Federais, com o objetivo de investigar o teor de certas decisões proferidas por um Juiz de Direito, já que sobre ele pesavam acusações de corrupção. Além disso, a comissão deveria apurar a existência de diversas irregularidades detectadas em determinado serviço público estadual, o qual estaria sendo prestado de maneira ineficiente, ensejando a proliferação da corrupção. À luz da presente narrativa e da sistemática constitucional, é correto afirmar que a referida CPI:

- (A) foi irregularmente constituída;
- (B) não pode investigar atos tipicamente jurisdicionais;
- (C) pode investigar o serviço público estadual;
- (D) teve o seu objeto regularmente delimitado;
- (E) pode tornar-se permanente, por decisão do Legislativo.

**64**

Eustáquio, Juiz de Direito, sofreu uma sanção administrativa, aplicada pelo órgão competente do Tribunal de Justiça a que está vinculado, por ter praticado uma infração disciplinar. Inconformado, levou a questão ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que não vislumbrou qualquer mácula no processo administrativo e decidiu que não havia razão para anular a respectiva decisão. À luz da sistemática constitucional e das peculiaridades da narrativa, é correto afirmar que o Supremo Tribunal Federal:

- (A) é o órgão competente para conhecer, originariamente, de qualquer ação que venha a ser ajuizada por Eustáquio;
- (B) é o órgão competente para conhecer, originariamente, apenas, das ações mandamentais que venham a ser ajuizadas por Eustáquio;
- (C) não tem competência para conhecer, originariamente, de eventual ação, já que o CNJ exarou uma “deliberação negativa”;
- (D) não tem competência para conhecer de qualquer ação ajuizada por Eustáquio, que deveria ser distribuída ao Superior Tribunal de Justiça;
- (E) somente teria competência para conhecer de eventual recurso extraordinário interposto contra a decisão do CNJ.

**65**

O processo legislativo brasileiro contempla institutos como a iniciativa legislativa, a sanção, o veto e a promulgação, os quais possuem uma funcionalidade extremamente importante no surgimento das normas de conduta. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) todas as espécies legislativas estão sujeitas à sanção e ao veto;
- (B) a sanção aposta ao projeto de lei supre eventual vício de iniciativa;
- (C) o veto tácito será apreciado, pelo Congresso Nacional, da mesma forma que o veto expresso;
- (D) a promulgação não é ato privativo do Presidente da República;
- (E) somente é constitucional a sanção expressa, não a sanção tácita.

**66**

A respeito do modo como o sistema brasileiro disciplina as espécies de controle de constitucionalidade, mais especificamente em suas feições difusa ou concreta, é correto afirmar que as leis anteriores à Constituição:

- (A) podem ser impugnadas via arguição de descumprimento de preceito fundamental;
- (B) não estão sujeitas ao controle concentrado de constitucionalidade;
- (C) somente podem ser impugnadas por meio do controle difuso de constitucionalidade;
- (D) não podem ser submetidas ao controle difuso de constitucionalidade;
- (E) podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade.

**67**

Entidade 1) Pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado;

Entidade 2) Pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Indireta do Estado, criada por autorização legal, sob qualquer forma jurídica adequada a sua natureza, para que o Governo exerça atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, execute a prestação de serviços públicos.

As entidades acima conceituadas são, respectivamente,:

- (A) fundação pública e autarquia;
- (B) empresa pública e sociedade de economia mista;
- (C) sociedade de economia mista e autarquia;
- (D) fundação pública e concessionária;
- (E) autarquia e empresa pública.

**68**

A Lei nº 8.987/95, que regulamenta o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, ao dispor sobre encargos do poder concedente, estabelece que incumbe-lhe:

- (A) promover as desapropriações e constituir servidões, conforme previsto no edital, sendo-lhe vedado outorgar ao concessionário poderes para promover desapropriações;
- (B) prestar diretamente o serviço adequado, na forma prevista na Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato, para satisfação do interesse público;
- (C) prestar contas da gestão do serviço ao concessionário e aos usuários, nos termos definidos no contrato, a fim de manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato;
- (D) zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;
- (E) captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço e manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão.

**69**

Marcela, servidora pública estadual, foi removida da Capital do Estado para outro órgão estadual da mesma Secretaria no interior do Estado. A autoridade que determinou a remoção era a competente para o ato, mas não o motivou de forma específica. Marcela ajuizou ação judicial pleiteando a nulidade do ato de remoção, alegando e comprovando que a remoção, em verdade, ocorreu por retaliação, já que a autoridade que praticou o ato é seu antigo desafeto. No caso em tela, a pretensão de Marcela:

- (A) merece prosperar, porque a remoção é ato administrativo vinculado e a autoridade competente não motivou o ato de forma específica, dando causa a vício de legalidade que leva à nulidade absoluta do ato;
- (B) merece prosperar, porque, apesar de a remoção ser ato administrativo discricionário, ocorreu abuso de poder por desvio de poder, afastando-se a autoridade da finalidade pública do ato;
- (C) merece prosperar, porque, apesar de a remoção ser ato administrativo vinculado, ocorreu abuso de poder por excesso de poder, uma vez que a autoridade não motivou corretamente o ato;
- (D) não merece prosperar, porque a remoção é ato administrativo vinculado e a autoridade competente não precisa motivar de forma específica o ato, que já traz implícita a cláusula geral de cometimento para atender ao interesse público;
- (E) não merece prosperar, porque a remoção é ato administrativo discricionário e, por tal razão, a autoridade competente não precisa expor motivação específica para o ato, tendo liberdade para decidir de acordo com critérios de oportunidade e conveniência.

**70**

Catarina aposentou-se no cargo efetivo de Psicólogo do Estado do Piauí no ano de 2014. Em 2015, Catarina foi aprovada no concurso público para o cargo de Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Piauí. Tendo por base o texto constitucional, Catarina:

- (A) não poderá, em qualquer hipótese, tomar posse no novo cargo de Oficial de Justiça, uma vez que é vedada a acumulação do cargo em que se aposentou (Psicólogo) com o novo cargo (Oficial de Justiça) e a aposentadoria é irrenunciável;
- (B) não poderá, em qualquer hipótese, tomar posse no novo cargo de Oficial de Justiça, uma vez que, apesar de a aposentadoria ser renunciável, aplica-se o impedimento do exercício das funções do novo cargo (Oficial de Justiça) a quem ocupou anterior cargo de Psicólogo;
- (C) poderá tomar posse no novo cargo de Oficial de Justiça, uma vez que é permitida a percepção simultânea dos proventos de aposentadoria do cargo em que se aposentou (Psicólogo) com a remuneração do novo cargo (Oficial de Justiça);
- (D) poderá tomar posse no novo cargo de Oficial de Justiça, desde que renuncie à aposentadoria do cargo de Psicólogo (desaposentação), uma vez que tais cargos não são acumuláveis;
- (E) poderá tomar posse no novo cargo de Oficial de Justiça, desde que renuncie à aposentadoria do cargo de Psicóloga (desaposentação), não podendo utilizar no novo cargo o tempo de contribuição do cargo anterior.



**71**

Dois Policiais Militares abordaram um adolescente que estava caminhando sozinho em via pública, sem qualquer indício de estar em situação flagrancial de ato infracional análogo a crime. Agindo com desnecessária agressividade física e moral, bem como com evidente arbitrariedade, os policiais revistaram o menor, o interrogaram e desferiram-lhe socos no rosto, tudo em movimentada avenida. Finda a abordagem, os militares estaduais liberaram o menor. Após orientação jurídica da Defensoria Pública, o menor ajuizou ação indenizatória com base na responsabilidade civil:

- (A) objetiva e direta dos Policiais Militares, que arcarão diretamente com a reparação pelos danos morais que causaram ao menor, mediante a comprovação de terem agido com dolo;
- (B) subjetiva e solidária dos Policiais Militares e do Estado, que arcarão com a reparação pelos danos morais causados ao menor, mediante a comprovação de terem agido com culpa ou dolo;
- (C) objetiva do Estado, que arcará com a reparação pelos danos morais causados pelos policiais ao menor, independentemente da comprovação de terem agido com dolo ou culpa, assegurado o direito de regresso em face dos agentes públicos;
- (D) objetiva do Estado, que arcará com a reparação pelos danos morais causados pelos policiais ao menor, mediante a comprovação de terem agido com dolo ou culpa, assegurado o direito de regresso em face dos agentes públicos;
- (E) subjetiva do Estado, que arcará com a reparação pelos danos morais causados pelos policiais ao menor, mediante a comprovação de terem agido com dolo ou culpa, assegurado o direito de regresso em face dos agentes públicos.

**72**

O Poder Judiciário Estadual, com o escopo de modernizar as instalações físicas e atender ao aumento da demanda revelado pelo crescente número de novas ações judiciais distribuídas nos últimos anos, construirá novo fórum em certa comarca do interior. Após os devidos estudos, o Tribunal de Justiça decidiu comprar determinado imóvel, por possuir as peculiaridades necessárias, que será destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, cujas necessidades de instalação e localização condicionaram a sua escolha. Para viabilizar a imediata compra pretendida, foi decidido que será feita mediante dispensa de licitação. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a opção feita pelo Judiciário Estadual está:

- (A) correta, desde que o preço do imóvel seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- (B) correta, desde que o preço do imóvel seja de até um milhão e quinhentos mil reais, segundo avaliação prévia;
- (C) correta, desde que o preço do imóvel observe os limites legais e o contrato seja assinado pelo Governador do Estado;
- (D) errada, pois a hipótese seria de inexigibilidade de licitação, observado o limite legal do valor do imóvel;
- (E) errada, pois deveria ser utilizada necessariamente a modalidade de licitação compatível com o valor do imóvel.

**73**

Rosa, famosa atriz, faleceu deixando três filhas. Após sua morte, a mídia realizou diversos programas sobre a sua vida e, sobretudo, sobre seus enlances amorosos. Todos os atos foram praticados sem autorização das filhas. Rosa, enquanto viva, sempre foi enfática em resguardar sua vida privada das investidas da mídia, inclusive demandando por reparações em razão da violação da sua intimidade. Diante do caso narrado, verifica-se:

- (A) a possibilidade de as filhas demandarem por reparação a fim de resguardar a memória de sua mãe;
- (B) a impossibilidade de as filhas demandarem por reparação, pois os direitos da personalidade são extintos com a morte;
- (C) a possibilidade de as filhas demandarem, por representação, embora a mãe haja morrido, para tutela da intimidade da genitora;
- (D) a impossibilidade de as filhas demandarem por reparação, pois os direitos da personalidade são intransferíveis;
- (E) a impossibilidade de as filhas demandarem por reparação pela ofensa à memória da vida íntima de sua mãe.

**74**

Beatriz e Manuela celebraram um mútuo de R\$200. Beatriz, mutuante, disponibilizou o valor, e caberia a Manuela restituí-lo, integralmente, 30 dias depois. Após 20 dias, Manuela efetua o pagamento no valor de R\$100. Sobre a situação, é correto afirmar que houve pagamento parcial:

- (A) e Beatriz é obrigada a computar o valor e emitir quitação plena;
- (B) mas Beatriz não é obrigada a aceitá-lo;
- (C) e Beatriz poderá exigir a complementação imediata do valor;
- (D) mas, se receber, Beatriz renuncia ao remanescente;
- (E) e Beatriz está autorizada a resolver a obrigação em perdas e danos.

**75**

Bárbara, publicitária, convence uma famosa atriz a participar de uma campanha de divulgação de um modelo Y de veículo. Entretanto, essa atriz é a estrela de um comercial publicitário do modelo F de veículo, concorrente da cliente de Bárbara. Diante do ocorrido, verifica-se que a conduta de Bárbara:

- (A) pelo princípio da relatividade dos contratos, é indiferente quanto à relação contratual existente entre a atriz e a fabricante concorrente do modelo F;
- (B) pelo princípio da autonomia contratual, não enseja qualquer responsabilidade para seu cliente, do modelo Y, caso a contratação da atriz viole interesse jurídico da concorrente, do modelo F;
- (C) pelo princípio da função social, pode determinar a responsabilidade da sua cliente, do modelo Y, pela violação por terceiros do contrato celebrado com a concorrente, do modelo F;
- (D) pelo princípio da obrigatoriedade, não vincula a sua cliente, do modelo Y, a responder pelos danos causados à concorrente, do modelo F, em razão da violação do contrato pela atriz;
- (E) pelo princípio da publicidade, só vincula a sua cliente, do modelo Y, caso tenha se registrado o contrato, independentemente do seu conhecimento notório.



**76**

Juliana, servidora pública do TJPI, lotada em Teresina, mora com seu cônjuge e filhas na cidade de Cabrobó (PE), e loca, durante a semana, um imóvel na cidade de Picos (PI), apenas para facilitar seu deslocamento. Sobre a situação narrada, considera-se:

- (A) que o domicílio legal de Juliana estabeleceu-se em Picos;
- (B) Teresina o domicílio voluntário de Juliana;
- (C) que Cabrobó seja o domicílio legal de Juliana;
- (D) que o domicílio legal de Juliana estabeleceu-se em Teresina;
- (E) que o domicílio voluntário de Juliana estabeleceu-se em Picos.

**77**

Amália, mãe de Olívia, de oito anos, está desempregada. Sua filha mora com Antero, pai da menina e ex-marido de Amália. Embora Antero esteja empregado, não tem condições de prover integralmente o sustento de Olívia. Amália, atualmente, mora com a mãe, avó de Olívia, que é desembargadora aposentada do TJPI. Verifica-se, quanto ao episódio narrado:

- (A) que o dever de alimentos, restrito aos pais, obriga Antero a buscar renda complementar para prover as necessidades essenciais de Olívia;
- (B) que Amália perde o dever de alimentos, pois, embora seja a mãe de Olívia, não detém meios de prover à sua filha o sustento;
- (C) que o dever de alimentos é aferido pela necessidade do alimentado e, portanto, mesmo sem seu próprio sustento, Amália é obrigada a provê-los a Olívia;
- (D) que o dever de alimentos, por decorrer do exercício do poder familiar, incumbe apenas a Antero, que detém a guarda de Olívia;
- (E) que o dever de alimentos devidos pelos pais é extensível aos demais ascendentes, respeitado o grau de parentesco, e, portanto, pode ser demandado da avó materna.

**78**

Valéria recebeu em seu domicílio uma correspondência do Banco AZ S.A. com um cartão de crédito. O produto não foi solicitado e Valéria não é cliente da instituição. Ela inutilizou o cartão e o descartou. No mês seguinte, recebeu uma fatura cobrando pela anuidade do referido produto. Trata-se, no caso, de:

- (A) erro essencial que torna anulável o negócio jurídico em questão;
- (B) relação de consumo, em que Valéria é consumidora por equiparação;
- (C) venda casada, por subordinar a aquisição do cartão ao pagamento de anuidade;
- (D) vício por lesão, por impor a Valéria uma contratação desproporcional;
- (E) vício por estado de perigo, em razão do evidente dolo de aproveitamento.

**79**

Luísa, passageira no ônibus da linha 123, da concessionária EW LTDA, sofreu uma concussão na cabeça após o choque sofrido contra o banco da frente onde estava sentada. O ocorrido deveu-se a freada brusca realizada pelo motorista que conduzia o veículo e, simultaneamente, conversava por mensagens de texto através de um aplicativo para celulares. Pode-se afirmar, quanto ao ocorrido, que:

- (A) a concessionária não responde diretamente, pois é flagrante a culpa do motorista, efetivo causador dos danos;
- (B) a responsabilidade civil da concessionária será apurada mediante a verificação de culpa, pois se trata de ato ilícito;
- (C) a EW LTDA, embora seja concessionária de serviço público, por sua culpa *in eligendo*, exclui a responsabilidade civil do Estado;
- (D) a concessionária, fornecedora de serviço público, responderá objetivamente pelos danos decorrentes do seu empreendimento;
- (E) o Estado, como poder cedente, poderá ser demandado na via da responsabilidade civil objetiva, por sua culpa *in contrahendo*.

**80**

Sobre a comunicação dos atos processuais, a capacidade processual, as partes e seus procuradores, é correto afirmar que a citação:

- (A) da sociedade sem personalidade jurídica deve ser feita na pessoa daquele a quem couber a administração dos seus bens;
- (B) do espólio, até a nomeação e compromisso do inventariante, deve ser dirigida a todos os herdeiros e sucessores do falecido;
- (C) da pessoa jurídica estrangeira deve ser dirigida ao gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil, salvo se comprovada a inexistência de poderes para receber citação;
- (D) do Estado ou do Município pode ser realizada na pessoa do Governador ou do Prefeito, respectivamente, bem como pode ser recebida por seus procuradores;
- (E) da massa falida pode ser recebida pelo administrador judicial ou pelo comitê.

**81**

Sobre o processo cautelar, é correto afirmar que:

- (A) cessa o arresto pelo pagamento, pela novação, pela transação e pelo compromisso;
- (B) não cumprida a sentença que determina o reforço da caução no prazo assinalado, presume-se que o autor tenha desistido da ação, salvo se houver sido interposto recurso;
- (C) no processo de justificação não se admite defesa, mas o interessado poderá interpor recurso;
- (D) o arrolamento de bens deve ser requerido pelo proprietário, ainda que não possuidor;
- (E) pode ser decretado o sequestro de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações.

**82**

Sobre a execução civil contra devedor solvente, é correto afirmar que:

- (A) a averbação da penhora no registro imobiliário competente gera presunção absoluta de conhecimento por terceiros a respeito da constrição;
- (B) na execução por carta, a competência para penhora, avaliação, alienação de bem e satisfação do exequente são do juízo deprecado;
- (C) o oficial de justiça, caso não localize o executado para ser citado, arrestar-lhe-á bens para garantir a execução, bem como procurará o devedor nos três dias seguidos à efetivação do arresto, certificando o ocorrido;
- (D) o prazo para o oferecimento dos embargos do devedor em execução, em caso de litisconsórcio passivo, conta-se a partir da juntada do último mandado de citação aos autos;
- (E) na execução por carta, os embargos serão decididos pelo juízo deprecado, salvo se versarem sobre a nulidade do título executivo.

**83**

No que tange ao tema dos recursos no processo civil, é correto afirmar que:

- (A) o terceiro prejudicado deve interpor o recurso cabível em face do ato judicial dentro do prazo legalmente previsto, findo o qual não é possível o ajuizamento de ações autônomas de impugnação;
- (B) o recurso adesivo é admissível na apelação, no agravo e nos embargos infringentes;
- (C) não é possível a desistência do recurso, sem a anuência do recorrido, após o juízo positivo de admissibilidade;
- (D) o recurso interposto por um dos devedores solidários aproveitará aos outros, quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns;
- (E) uma vez praticado ato incompatível com a vontade de recorrer, com ou sem reserva, considera-se aceita tacitamente a sentença ou decisão.

**84**

O Juiz de Direito de uma das Varas Cíveis da Capital expediu mandado de busca e apreensão de determinado bem móvel, indicando a casa em que deverá ser cumprida a diligência. Considerando essa situação fática, à luz do disposto no Código de Processo Civil de 1973, é correto afirmar que:

- (A) caso o morador não abra as portas, deverá o oficial de justiça certificar a circunstância, devolvendo o mandado para que o Juiz, se for o caso, autorize o arrombamento das portas externas;
- (B) o mandado deverá ser cumprido por dois oficiais de justiça, um dos quais o lerá ao morador, intimando-o a abrir as portas;
- (C) tratando-se de direito autoral ou direito conexo do artista, intérprete ou executante, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão, a diligência deve ser acompanhada por um perito designado pelo Juiz;
- (D) a diligência deverá ser acompanhada por uma testemunha, que ao final assinará o auto circunstanciado;
- (E) tratando-se de direito autoral ou direito conexo do artista, intérprete ou executante, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão, após efetuada a apreensão, dois peritos designados pelo Juiz deverão confirmar a ocorrência da violação.

**85**

Sobre o regime jurídico dos auxiliares da justiça, de acordo com o Código de Processo Civil de 1973, a jurisprudência e a doutrina, é correto afirmar que:

- (A) o oficial de justiça é civilmente responsável pela prática de ato nulo apenas quando configurado o dolo da conduta;
- (B) incumbe ao oficial de justiça entregar, em cartório, o mandado, em até 60 (sessenta) dias após o seu cumprimento;
- (C) incumbe ao oficial de justiça estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem;
- (D) o oficial de justiça possui funções de comunicação, certificação e avaliação, devendo solicitar a designação de outros auxiliares de justiça para atos de constrição e polícia;
- (E) é atribuição do oficial de justiça efetuar avaliações quando reconhecida pelo Juiz a necessidade de conhecimento técnico especializado.

**86**

No que diz respeito aos atos processuais, é correto afirmar que:

- (A) os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se nulos, nesse último caso, todos os realizados de outro modo;
- (B) os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem efeitos no processo após a homologação judicial, constituindo, modificando ou extinguindo direitos processuais;
- (C) quanto às sentenças terminativas e às decisões interlocutórias, a lei prevê o dever de fundamentação, ainda que de forma concisa;
- (D) durante as férias e nos feriados, não se praticarão atos processuais relativos à abertura de testamento e embargos de terceiro;
- (E) nas comarcas em que for difícil o transporte, poderá o juiz prorrogar prazos, até o limite de 60 (sessenta) dias, desde que não sejam peremptórios.

**87**

O Juiz de Direito de uma Vara Cível da Capital determinou, no bojo de uma ação de cobrança, a citação de uma pessoa natural, maior e capaz. À luz do disposto na Constituição e no Código de Processo Civil de 1973, é correto afirmar que, de posse do mandado, o oficial de justiça deverá cumprir a diligência, dirigindo-se à residência do citando:

- (A) em dias úteis, dentro do horário forense;
- (B) em dias úteis, durante o dia, entendido este como o período entre o nascer e o pôr do sol;
- (C) de segunda a domingo, exceto durante as férias e nos feriados, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas;
- (D) em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas;
- (E) de segunda a domingo, exceto durante as férias e nos feriados, durante o dia, entendido este como o período entre o nascer e o pôr do sol.

**88**

Günther, empresário alemão com domicílio em Teresina/PI, vem a falecer durante visita à Alemanha, deixando bens em território brasileiro. Nesse caso, à luz do disposto na Constituição e no Código de Processo Civil de 1973, a justiça brasileira:

- (A) não é competente para conhecer de ações em que o espólio de Günther for réu, nem para processar o inventário de seus bens;
- (B) é competente para processar o inventário dos bens deixados por Günther no Brasil, bem como para conhecer de ações em que o seu espólio for réu;
- (C) é competente para processar o inventário dos bens deixados por Günther no Brasil e no exterior, mas não para conhecer de ações em que o seu espólio for réu;
- (D) é competente para processar o inventário dos bens deixados por Günther no Brasil, mas não para processar o inventário de eventuais bens deixados no exterior e conhecer de ações em que o seu espólio for réu;
- (E) é competente para processar o inventário dos bens deixados por Günther no Brasil e no exterior, bem como para conhecer de ações em que o seu espólio for réu.

**89**

Determinado réu foi acusado pela prática do crime de falsidade ideológica, por duas vezes, e rufianismo mediante grave ameaça. A denúncia foi recebida em 5/5/1999, sendo condenado em 7/1/2003, às penas de dois anos e oito meses de reclusão, e de dois anos e quatro meses de reclusão, por cada crime de falsidade ideológica e absolvido pela prática do crime de rufianismo. Em julgamento da apelação das partes, foi absolvido por um dos crimes de falsidade ideológica e teve a pena referente ao outro elevada para três anos e dois meses de reclusão. Foi, ainda, condenado pelo crime de rufianismo mediante grave ameaça, à pena de dois anos e oito meses de reclusão, tendo o acórdão sido publicado no mesmo dia da sessão, em 17/1/2008 e a condenação transitou em julgado em 4/3/2013. Sabendo que o crime de rufianismo mediante grave ameaça possui pena máxima em abstrato de oito anos de reclusão, assinale a opção correta em relação ao caso narrado:

- (A) o crime de rufianismo mediante grave ameaça está prescrito, diante da ausência de marco interruptivo;
- (B) os marcos interruptivos da prescrição devem ser considerados isoladamente;
- (C) os marcos interruptivos dos crimes mais leves se verificam com os dos crimes mais graves;
- (D) os crimes conexos apurados no mesmo processo têm sua prescrição interrompida a cada provimento jurisdicional;
- (E) a sentença em parte condenatória e em parte absolutória não interrompe o prazo prescricional de todos os crimes julgados.

**90**

No crime de associação para o tráfico (artigo 35 da Lei nº 11.343/2006), para fazer jus ao livramento condicional o condenado deve cumprir:

- (A) 2/3 da pena, caso seja reincidente;
- (B) 1/5 da pena, caso não seja reincidente;
- (C) 1/3 da pena, caso seja reincidente;
- (D) 2/3 da pena, caso não seja reincidente;
- (E) 1/5 da pena, caso seja reincidente.

**91**

Em determinado processo por furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, o réu confessou a subtração do bem, porém, negou o arrombamento. Em caso de condenação, no que pertine à aplicação da pena, a confissão parcial dos fatos:

- (A) impõe a incidência da atenuante genérica da confissão espontânea;
- (B) configura a confissão qualificada, impedindo a incidência da atenuante genérica;
- (C) afasta a incidência da atenuante genérica da confissão espontânea;
- (D) impõe compensação com a qualificadora não admitida pelo réu;
- (E) configura a confissão qualificada, impondo a incidência da atenuante genérica.

**92**

Constituem crimes hediondos, EXCETO:

- (A) homicídio em atividade típica de grupo de extermínio praticada por um agente só;
- (B) epidemia com resultado morte;
- (C) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável;
- (D) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal;
- (E) lesão corporal seguida de morte, quando praticada contra integrante do sistema prisional.

**93**

Senador da República, em página pessoal da internet ("blog"), na qual comenta assuntos do cotidiano, imputou a delegado de polícia o fato de ter arquivado investigações sob sua condução para atender a interesses políticos de seus aliados. Tal postura do Parlamentar constitui:

- (A) exercício arbitrário ou abuso de poder;
- (B) exercício arbitrário das próprias razões;
- (C) difamação;
- (D) calúnia;
- (E) conduta atípica.

**94**

A prescrição da pretensão punitiva do Estado, em segundo grau de jurisdição, se interrompe na data da:

- (A) publicação na sessão de julgamento do recurso;
- (B) publicação do acórdão no diário oficial;
- (C) intimação pessoal do Ministério Público e réu;
- (D) intimação pessoal do Ministério Público, sem recurso;
- (E) entrega dos autos ao escrivão.

**95**

No que pertine à intervenção de terceiros na ação de *habeas corpus*, é correto afirmar que:

- (A) admite-se a intervenção da vítima em *habeas corpus* oriundo de ação pública incondicionada;
- (B) admite-se a intervenção da vítima em *habeas corpus* oriundo de ação pública condicionada à representação;
- (C) admite-se a intervenção do querelante em *habeas corpus* oriundo de ação penal privada;
- (D) admite-se a intervenção da vítima em *habeas corpus* oriundo de ação pública subsidiária da pública;
- (E) não se admite a intervenção da vítima, ainda que sob a forma de querelante.

**96**

Crime de injúria racial (artigo 140, § 3º, CP) praticado por meio da internet, por Tenente Coronel Policial Militar da ativa cedido para a Secretaria Estadual da Segurança Pública, contra jornalistas determinados e que não tenha ultrapassado as fronteiras territoriais brasileiras deve ser processado e julgado:

- (A) Vara com competência criminal da Justiça Federal comum;
- (B) Vara com competência criminal da Justiça Estadual comum;
- (C) Circunscrição Judiciária Militar Federal;
- (D) Auditoria da Justiça Militar Estadual;
- (E) Tribunal de Justiça Militar.

**97**

Em determinado processo, o réu foi condenado à pena de um ano e seis meses de reclusão, pela prática do crime de falsidade ideológica, por ter emitido declarações falsas de rendimentos em favor de outros corréus para a obtenção de empréstimos consignados perante instituição bancária. O Ministério Público recorreu cingindo-se unicamente à correção do tipo penal a que o réu estaria incurso, pois sua condenação deveria se dar pela prática de uso de documento falso, nos exatos termos da fundamentação da sentença recorrida. O Tribunal de Justiça deu provimento à apelação para modificar o enquadramento típico da conduta, para o delito de uso de documento falso, fixando nova reprimenda em dois anos de reclusão. No que toca à situação narrada, é correto afirmar que:

- (A) o efeito devolutivo da apelação não permite que o Tribunal a aprecie em exaustivo nível de profundidade;
- (B) é possível o agravamento da reprimenda, de ofício, pelo Tribunal, quando o recurso for da acusação;
- (C) o efeito devolutivo da apelação permite que o Tribunal a aprecie em exaustivo nível de extensão;
- (D) a apelação do Ministério Público devolve a integralidade da matéria para conhecimento pelo Tribunal;
- (E) é indevida a majoração da pena em sede de apelação, pois dessa parte não recorreu a acusação.

**98**

A hipótese abaixo que NÃO será caso de rejeição da denúncia é:

- (A) ser esta manifestamente inepta;
- (B) faltar a esta pressuposto processual;
- (C) faltar uma das condições para o legítimo exercício do direito de ação penal;
- (D) não estar necessariamente instruída com inquérito;
- (E) faltar justa causa para o exercício da ação penal.

**99**

Durante investigação realizada para apurar desvio de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS), já incorporadas ao patrimônio estadual, provas concretas indicam o envolvimento de determinado suplente de Senador da República, devidamente diplomado, atualmente exercendo a função de Secretário de Saúde do Estado do Piauí. Desprezando a questão da conexão pelo concurso de pessoas, indique a alternativa que corresponde ao órgão jurisdicional que deve conhecer do futuro processo e julgamento desse agente:

- (A) Supremo Tribunal Federal, pelo foro por prerrogativa de função relativo ao cargo de Senador da República;
- (B) Superior Tribunal de Justiça, pelo foro por prerrogativa de função relativo ao cargo de Senador da República;
- (C) Tribunal de Justiça, pelo foro por prerrogativa de função relativo ao cargo de Secretário de Estado;
- (D) Tribunal Regional Federal, pelo foro por prerrogativa de função relativo ao cargo de Secretário de Estado;
- (E) Juiz de Direito de primeiro grau, diante da ausência de foro por prerrogativa de função para o cargo do agente.

**100**

Em determinado processo, após encerrar a instrução oral dos autos e por não haver qualquer diligência a ser requerida pelas partes, o magistrado, diante da complexidade do caso, determinou que estas se manifestassem em alegações finais por escrito. Durante a abertura de vista ao Ministério Público, a acusação requereu a nova oitiva de uma testemunha que havia sido arrolada pela defesa e ouvida na audiência de instrução e julgamento, o que foi deferido. Obedecidos os pressupostos e requisitos legais, assinale a alternativa que contém o remédio jurídico cabível para desafiar a decisão judicial:

- (A) apelação;
- (B) apelação residual;
- (C) recurso em sentido estrito;
- (D) embargos de declaração;
- (E) *habeas corpus*.

Realização

